

Processo nº \_\_\_\_\_

**RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO**  
**ARTIGO 74, “CAPUT”, LEI 14.133/2021**  
**INEXIGIBILIDADE – CONTRATO DE EDIÇÃO DE OBRA (EDUSP)**

Interessado: \_\_\_\_\_

Obra: \_\_\_\_\_

Fundamento legal: **art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021**

<b>1. Autorização da autoridade competente para início da fase preparatória - Fls. _____</b>	
<b>Competência</b>	<b>Fundamento</b>
Dirigentes de Unidades e Órgãos.	Art. 1º, inciso I, alínea “a”, Portaria GR nº 8.321/2024

<b>2. Documentação e informações iniciais</b>	
2.a – Abertura de processo administrativo, em forma eletrônica (SEI/SP) <sup>1</sup>	Data __/__/____
2.b – Designação dos agentes públicos responsáveis pela contratação, execução e fiscalização <sup>2</sup> (verificar regulamento USP)	Fls. _____
<b>2.c – Documento de formalização de demanda (DFD)<sup>3</sup></b>	Fls. _____
2.d – se for o caso, Estudo Técnico Preliminar (ETP), análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo <sup>4</sup>	Sim/Não* Fls. _____
	*Em caso de “não”, justificar Fls. _____

<sup>1</sup> Decreto Estadual nº 67.641/2023.

<sup>2</sup> Art. 7º, “caput”, da Lei 14.133/2021.

<sup>3</sup> Art. 12, inciso VII, e art. 72, inciso I, da Lei 14.133/21.

<sup>4</sup> Art. 72, inciso I, da Lei 14.133/21.

2.e – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com a despesa <sup>5</sup>	Sim/Não*	Fls. _____
	*Em caso de “não”, justificar	Fls. _____

**3. Justificativa Técnica – caracterização da hipótese legal - Fls. \_\_\_\_\_**

( ) Os autos estão instruídos com informações a respeito do **interesse público na escolha da obra**, bem como acerca das **peculiaridades e características específicas da obra** que justifiquem a contratação por inviabilidade de competição

**4. Justificativa de Preços<sup>6</sup> - Fls. \_\_\_\_\_**

Mesmo nos casos de inviabilidade de competição, em atenção ao **artigo 72, VII, da Lei nº 14.133/2021**, é necessária uma análise econômica do valor da contratação, de modo a demonstrar que o preço é razoável, compatível com o mercado, seguindo os parâmetros estabelecidos no **art. 23, da mesma lei**, no que for aplicável ao caso.

A justificativa de preços deverá ser formalizada, redigida e assinada pelo servidor/equipe responsável pela pesquisa, com a análise econômica do valor estimado, contendo, ao menos, as seguintes informações<sup>7</sup>:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - caracterização das fontes consultadas;

III - série de preços coletados;

IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado, com a respectiva justificativa;

V - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte.

<sup>5</sup> Art. 72, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

<sup>6</sup> Art. 72, inciso VII, da Lei 14.133/2021.

<sup>7</sup> Art. 7º, Decreto Estadual nº 67.888/2023.

<b>5. Habilitação e Regularidade da Contratada<sup>8</sup></b>	
5.a. – Razão da escolha da contratada <sup>9</sup>	Fls. _____
5.b. – * <b>Verificação no SICAF</b> e, se for o caso, documentos complementares <sup>10</sup>	Fls. _____
5.c. – CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas)	Fls. _____
5.d. – CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas, da CGU)	Fls. _____
5.e. – CNCIAI (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do CNJ)	Fls. _____
5.f. – e-Sanções (Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativa)	Fls. _____
5.g. – CEEP (Cadastro Estadual de Empresas Punidas)	Fls. _____
5.h. – Consulta à relação de Apenados do TCESP	Fls. _____
5.i. - CADIN Estadual <sup>11</sup>	Fls. _____
<p>*<b>OBS<sup>12</sup></b>: Nos casos de contratação com:  <input type="checkbox"/> entrega imediata (prazo de entrega até 30 dias da ordem de fornecimento);  <b>OU</b>  <input type="checkbox"/> valores inferiores a ¼ do limite de dispensa para compras em geral (<b>R\$ 14.976,50<sup>13</sup></b>);  Somente se exigirá a comprovação de regularidade perante a Fazenda Estadual e, no caso de PJ, junto à Justiça do Trabalho e à Seguridade Social –  Fls. _____</p>	

<b>6. Minuta de Contrato – Fls. _____</b>	
6.a. Utilizou-se o modelo padronizado e pré-aprovado?	<input type="checkbox"/> Sim
6.b. Todos os campos foram devidamente preenchidos/justificados?	<input type="checkbox"/> Sim
6.c. Indicar a versão utilizada - _____	

<sup>8</sup> Art. 72, inciso V, da Lei 14.133/2021.

<sup>9</sup> Art. 72, inciso VI, da Lei 14.133/2021.

<sup>10</sup> Art. 17, “caput” e §§ 1º e 2º, do Decreto Estadual nº 68.304/2024.

<sup>11</sup> Art. 18, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 68.304/2024.

<sup>12</sup> Art. 18, do Decreto Estadual nº 68.304/2024.

<sup>13</sup> Decreto nº 11.871/2023 – valor a ser atualizado anualmente.

Instruído o procedimento até o presente, declaro, sob minha responsabilidade, que as informações constantes do presente *relatório de verificação* são verídicas e que o preenchimento dos requisitos legais ora elencados foi por mim verificado.

Declaro, especificamente, que o termo de contrato utilizado seguiu a minuta disponibilizada e pré-aprovada pela Procuradoria Geral, e que não foram feitas modificações no texto que não o mero preenchimento dos campos editáveis.

Pelo exposto, atesto a conformidade legal do procedimento adotado, para fins de **dispensa de trâmite do processo na Procuradoria Geral da USP, nos termos do artigo 5º, caput e parágrafo único, da Portaria PG nº 12, de 23 de fevereiro de 2024.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

(Nome e assinatura do servidor responsável)

-----  
**Em sequência, atendidos os requisitos legais e procedimentais para continuidade da contratação, a Unidade/Órgão deverá prosseguir com as seguintes etapas, a título informativo, no que couber:**

**1) Providenciar a autorização final (adjudicação e homologação)** para contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos da competência definida no Art. 1º, inciso I, alínea “h”, Portaria GR nº 8.321/2024.

**2) Inserção no Sistema de Compras do Governo Federal**, nos termos do art. 23, Decreto Estadual nº 68.304/2024 (artigos 6º e 7º).

**3)** Após finalização do procedimento de contratação, a unidade/órgão responsável deverá providenciar a **PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO, com manutenção permanente em sítio eletrônico oficial:**

- a) Ato de autorização da autoridade competente para a contratação direta ou extrato decorrente do contrato (art. 72, parágrafo único, da Lei 14.133/2021);
- b) Contrato e eventuais aditivos no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 (dez) dias úteis** (Art. 94, da Lei 14.133/2021).